

TÂMERA PADOIN MARQUES MARIN

TÂMERA PADOIN MARQUES MARIN

*Prefácio*  
EMERSON GARCIA

# A LEI ANTICORRUPÇÃO E O ACORDO DE LENIÊNCIA

Uma análise do regime geral para a  
celebração desse instrumento

FORUM

# A LEI ANTICORRUPÇÃO E O ACORDO DE LENIÊNCIA

UMA ANÁLISE DO REGIME GERAL  
PARA A CELEBRAÇÃO DESSE  
INSTRUMENTO

*Prefácio*

Emerson Garcia

A Lei Anticorrupção brasileira (LAC) ingressou no ordenamento jurídico cumprindo relevante papel para a responsabilização das pessoas jurídicas e disciplinando o acordo de leniência, o que simboliza novos tempos para o Direito Consensual e para o sistema de controle da corrupção. A obra em referência traz a disciplina geral do acordo de leniência e ainda aborda pontos polêmicos, dando destaque aos conflitos de atribuições e zonas de intercessão envolvendo a celebração do ajuste e os diversos órgãos ou instituições incumbidas do dever de controlar a corrupção. Estudar o tema e traçar soluções possíveis, com base nos princípios da eficiência e da segurança jurídicas, são ações imprescindíveis para o sucesso desse instrumento.

## Área específica

DIREITO ADMINISTRATIVO

## Áreas afins

DIREITO ECONÔMICO e  
DIREITO EMPRESARIAL.

## Público-alvo/consumidores

Promotores de Justiça, juízes e advogados, bem como todos os operadores do Direito com interesse na temática anticorrupção.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm

CÓDIGO: 10001622

M3371 Marin, Tâmera Padoin Marques

A Lei Anticorrupção e o Acordo de Leniência: uma análise do regime geral para a celebração desse instrumento/ Tâmera Padoin Marques Marin.–  
Belo Horizonte : Fórum, 2019.

201p.; 14,5cm x 21,5cm

ISBN: 978-85-450-0687-9

1. Direito Administrativo. 2. Direito Econômico. 3. Direito Empresarial.  
I. Título.

CDD: 341.3

CDU: 342.9

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MARIN, Tâmera Padoin Marques. *A Lei Anticorrupção e o Acordo de Leniência: uma análise do regime geral para a celebração desse instrumento*. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 201p. ISBN 978-85-450-0687-9.

## **TÂMERA PADOIN MARQUES MARIN**

Promotora de Justiça no Ministério Público do Estado de Rondônia (MPRO). Mestre em Direito Econômico pela PUC/PR. Especialista em Ciências Criminais pela UNAMA. Especialista em Direito Público pela UNIDERP. Especialista em Corrupção: Controle e Repressão a Desvios de Recursos Públicos pela Universidade Estácio de Sá/CERS.

## SUMÁRIO

PREFÁCIO	
Emerson Garcia .....	13
INTRODUÇÃO .....	21
CAPÍTULO 1	
O CONTROLE DA CORRUPÇÃO PARA A PROTEÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E PARA O ESTÍMULO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
25	
1.1 A importância do controle da corrupção .....	25
1.2 A corrupção como fator de violação dos direitos humanos .....	32
1.3 O desenvolvimento e o exercício das capacidades segundo Amartya Sen .....	35
1.4 O exercício das capacidades, alguns indicadores sociais brasileiros e alguns números da corrupção no Brasil .....	40
1.5 A corrupção como óbice ao desenvolvimento econômico .....	45
CAPÍTULO 2	
CONTROLE DA CORRUPÇÃO COMO OBRIGAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS .....	
53	
2.1 As convenções internacionais de enfrentamento da corrupção aderidas pelo Brasil .....	56
2.2 Os princípios orientadores sobre empresas e direitos humanos ( <i>UN Guiding Principles</i> ) e a interface com a corrupção. A visita da comissão ao Brasil .....	58
2.3 O panorama normativo brasileiro de controle da corrupção. Alguns dados do sistema de justiça nessa seara .....	61
CAPÍTULO 3	
OS ANTECEDENTES NORMATIVOS QUE INSPIRARAM A LEI ANTICORRUPÇÃO BRASILEIRA E OS ASPECTOS GERAIS DE RESPONSABILIZAÇÃO NA LAC .....	
65	
3.1 O surgimento do <i>Foreign Corrupt Practice ACT</i> – FCPA .....	65
3.2 A Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE .....	70
3.3 A Lei Anticorrupção Brasileira – LAC .....	75
3.4 Da responsabilidade objetiva da pessoa jurídica .....	86
3.5 Da responsabilidade das pessoas físicas .....	92
3.6 As penalidades aplicáveis às pessoas jurídicas previstas na Lei nº 12.846/13 .....	93
CAPÍTULO 4	
O PROGRAMA DE INTEGRIDADE OU PROGRAMA DE COMPLIANCE	
99	
4.1 Por que é importante o <i>compliance</i> ? .....	99
4.2 O programa de <i>compliance</i> na LAC .....	103
CAPÍTULO 5	
A CORRUPÇÃO SOB A ÓTICA DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO E O ACORDO DE LENIÊNCIA SOB A PERSPECTIVA DO DILEMA DO PRISIONEIRO .....	
109	
5.1 A corrupção e a análise econômica do direito .....	109
5.2 O acordo de leniência sob a perspectiva da teoria do “dilema do prisioneiro” da Teoria dos Jogos .....	113

CAPÍTULO 6	
ASPECTOS GERAIS DO ACORDO DE LENIÊNCIA.....	119
6.1 A origem do acordo de leniência .....	119
6.2 O acordo de leniência no Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência – SBDC.....	123
6.3 O acordo de colaboração premiada – “A leniência penal” .....	126
6.4 O acordo de leniência firmado pelo Banco Central – BACEN e com a Comissão de Valores Imobiliários – CVM. “A leniência financeira” .....	128
6.5 A disciplina do acordo de leniência na Lei Anticorrupção – LAC.....	130
6.6 O acordo de leniência como expressão do direito administrativo consensual .....	136
6.7 O acordo de leniência como meio para obtenção da prova .....	142
CAPÍTULO 7	
A DISCUSSÃO ACERCA DA LEGITIMIDADE PARA CELEBRAÇÃO DO ACORDO DE LENIÊNCIA .....	151
7.1 A Medida Provisória nº 703/2015. Projetos de lei em tramitação.....	154
7.2 A discussão envolvendo a atuação dos Tribunais de Contas – TC nos Acordos de Leniência .....	160
7.3 Acordos de Leniência firmados pelo Ministério Público Federal e o posicionamento do TCU.....	160
7.4 A discussão envolvendo a participação do Ministério Público Federal nos Acordos de Leniência e os acordos firmados no caso “lava-jato” .....	163
7.5 Os acordos firmados pelo Ministério Público no âmbito da Lei de Improbidade Administrativa – LIA e da Lei Anticorrupção – LAC .....	165
7.6 A realização de acordos de leniência pelo Ministério Público de forma independente e as divergências acerca da legitimidade para atuação isolada dos órgãos e instituições colegitimadas.....	168
7.7 Os acordos de leniência firmados com o grupo Odebrecht S.A. e o acordo de leniência com a Interpublic .....	172
7.8 Princípio da segurança jurídica como vetor necessário ao acordo de leniência.....	176
CONCLUSÃO .....	181
REFERÊNCIAS.....	187